

# Setembro já não assusta ninguém

LÉA CRISTINA

A liberação dos cruzados já não parece o mesmo bicho-papão de antes. Não é mais vista como uma medida que trará impacto negativo para a economia. Há dois meses começou a mudar o discurso de analistas, de fora e de dentro do Governo, sobre os efeitos que a liberação poderia causar sobre o consumo e sobre os preços, e hoje poucos temem maiores danos.



Enquanto isso, comércio e bancos preparam-se para disputar estes recursos. Tanto o Presidente da G. Aronson, Girsz Aronson, como o Vice-Presidente da Área Financeira do Banespa, Saulo Krichanã Rodrigues, apostam que farão uma verda-

deira festa com os novos cruzeiros. E apesar de acreditarem que a maior parte será direcionada para o comércio, eles avaliam que a injeção de dinheiro não a perturbará a economia.

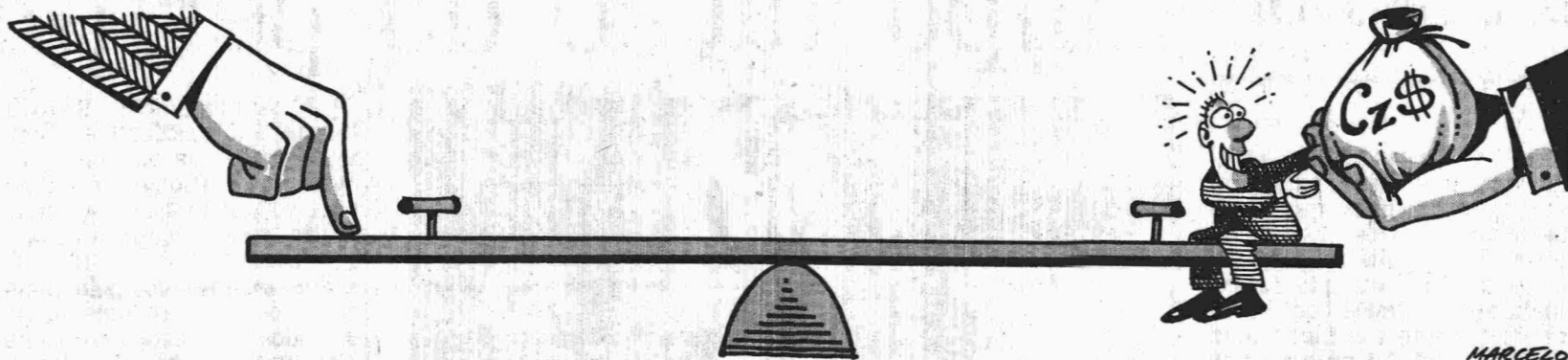
Mas para os cruzados não causarem problemas é preciso que a inflação não suba muito. O nível atual obviamente é insatisfatório, mas não chega a pressionar

a liberação, diz José Cláudio Ferreira da Silva, Coordenador do Grupo de Acompanhamento Conjuntural (GAC), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Outros dois fatores básicos: que o Governo mantenha rígido controle monetário, fazendo com que as taxas de juros subam acima da inflação para desestimular consumo; e ainda garanta equilíbrio às contas públicas.

— O fato é que por si só os cruzados não tendem a causar problemas — afirma o o Coordenador do GAC, grupo responsável pelo início da mudança de expectativas em relação ao desbloqueio, quando em sua carta de conjuntura de maio, foram divulgadas as primeiras contas sobre os efeitos da liberação.

Baseados em informações, ob-

tidas no Banco Central, de que do volume bloqueado (US\$ 27 bilhões) 20% estão em 80% das contas (ou seja, na mão de pequenos poupadores), enquanto os outros 80% estão em 20% das contas (grandes aplicadores), o GAC chegou à conclusão que o aumento de consumo a ser provocado pelos cruzados vai girar em torno de 4% ao mês, taxa pouco significativa no Brasil, de-



MARCELO

vido ao alto nível de capacidade ociosa das indústrias.

Nos cálculos, o GAC considerou que os 20% dos cruzados de pequenos aplicadores e um quarto dos recursos dos grandes investidores serão desviados para o consumo: seriam gastos 40% do total, o que representaria 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB) ao mês. Como o consumo no Brasil representa 5% do PIB ao mês, o crescimento seria de 4%, com esta atividade passando a valer 5,2% do PIB.

Fábio Giambiagi, economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) acentua que existe uma demanda reprimida desde o ano passado, mas entende que o cumprimento, pelo Governo, das regras estabelecidas desde então e o novo título do Banco Central contribuirão para conter o consumo.